

Plano precisaria de mudança na Constituição, dizem analistas

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO O pacote de medidas lançado pelo governo Jair Bolsonaro nesta segunda-feira (11) para incentivar a contratação de jovens esbarra em pontos definidos como direitos do trabalhador na Constituição e só poderia ser aplicado se houvesse aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), afirmam especialistas.

O governo apresentou uma MP (medida provisória) que reduz encargos para que empregadores contratem jovens entre 18 e 29 anos de idade. O objetivo do programa, batizado de Verde e Amarelo, é diminuir os custos dos empregadores e, com isso, viabilizar uma redução do desemprego e da informalidade.

Para Antônio Rodrigues de Freitas Júnior, professor

da Faculdade de Direito da USP, essa política cria uma discriminação por idade na hora da contratação.

“Pode-se argumentar que é uma discriminação positiva, que tem o objetivo de ajudar a colocação de jovens no mercado, mas é uma discriminação, e o artigo 7º da Constituição proíbe que haja diferença de salário ou no critério de admissão por idade”, diz ele.

A redução da multa paga pelo patrão em caso de dispensa sem justa causa, de 40% sobre o FGTS para 20%, também não pode ser feita por medida provisória, segundo Freitas Júnior.

A multa de 40% do FGTS consta em um ato das disposições transitórias da Constituição, de acordo com Otávio Pinto e Silva, sócio do escritório Siqueira Castro.

“A indenização compensa-

tória em caso de demissão arbitrária está na Constituição e deveria ter sido regulada por uma lei complementar que até hoje não foi promulgada. Enquanto não ocorre a regulamentação, valem os 40% determinados nas disposições transitórias.”

Segundo Silva, uma alteração desse percentual só pode ser feita por lei complementar, que exige aprovação no Congresso por maioria absoluta.

“Por MP não dá para fazer, a Constituição exige que seja por lei complementar, hierarquicamente superior a uma lei comum. Se a MP for aprovada, vira uma lei ordinária.”

Do ponto de vista econômico, o risco de a medida gerar uma substituição de mão de obra existe, mas não é alto, de acordo com Luiz Antonio Dos Santos Junior, sócio do Veirano.

“O governo afirma que não poderá haver a substituição de mão de obra e tem instrumentos para fiscalizar se as empresas não cumprem isso, embora a fiscalização seja difícil de fazer”, diz.

Para ele, poderá haver questionamentos quanto à legalidade da MP no Judiciário.

“Pode-se alegar que a discriminação cria distorções na hora da contratação, por exemplo. Não vejo grande chances de sucesso de um questionamento do tipo, contudo”, afirma Santos Junior.

Para Antônio Rodrigues de Freitas Júnior, o governo precisará, por obrigação constitucional, apresentar cálculos contábeis sobre como vai compensar a perda da receita com as desonerações.

Segundo o Ministério da Economia, o governo passará a cobrar contribuição previdenciária

ria de pessoas que recebem seguro-desemprego para bancar o programa Verde e Amarelo.

Para o economista Marcelo Neri, da FGV, o pacote beneficia a faixa etária que mais perdeu renda e empregos durante a crise nos últimos cinco anos. "Os jovens já perdiam antes da crise, mas isso se intensificou. O jovem perdeu 14% de renda do trabalho. Só nos últimos dois anos que parou de perder", afirma.

Segundo ele, os jovens estão mais propensos a cair em "uma armadilha de pobreza e informalidade que é não conseguir emprego porque não tem experiência e, como não tem emprego, não conseguir a experiência exigida".

Um problema possível, porém, é que o incentivo à contratação de pessoas com até 29 anos pode punir outros grupos etários, segundo ele.



Presidente ressuscita liberação de trabalho aos domingos

Na mesma medida que cria o programa Verde e Amarelo, Jair Bolsonaro incluiu trecho para liberar o trabalho aos domingos e feriados para todos os setores. Nesses casos, o trabalhador terá direito a repouso semanal remunerado em qualquer outro dia da semana. Hoje, apenas alguns setores, por convenção coletiva, podem atuar nesses dias. O governo propusera permissão de trabalho aos domingos e feriados na MP conhecida como da Liberdade Econômica. O trecho, contudo, foi retirado do texto durante votação no Senado. A Casa decidiu que o tema não tinha relação com o propósito inicial do projeto.